



Resumos do IX Congresso Brasileiro de Agroecologia – Belém/PA – 28.09 a 01.10.2015

“Essa terra é minha...” – A relação do extrativismo local com a apropriação de terras na Ilha Grande de Santa Isabel/PI e Pedra do Sal/PI

“This land is mine...” – The local extraction relationship towards the land appropriation in Ilha Grande de Santa Isabel/PI e and Pedra do Sal/PI

SOUZA¹, Leandro Inakake de; ROCHA², Ricardo Rayan Nascimento; PAIVA³, SILVA K.

1. Comissão Ilha Ativa, leandroinakake@gmail.com; 2. Comissão Ilha Ativa, rayan.rayan.rr@hotmail.com; 3. Comissão Ilha Ativa, kesley.bio@gmail.com

Resumo: Com a necessidade de problematizar o território em nível local a partir de suas contradições sócio históricas e assim evidenciar a sua relevância enquanto fator social, este artigo objetiva analisar a relação entre o extrativismo local e a apropriação de terras da Ilha Grande de Santa Isabel/PI e Pedra do Sal/PI, objetos de estudos desse trabalho, que repercute histórica e socialmente nas relações de poder, entre os atores envolvidos. Além disso, busca-se evidenciar o extrativismo praticado e coloca-lo como norte na discussão em defesa de um território livre e múltiplo. Para isso, metodologicamente, este artigo tem como abordagem qualitativa, tendo em vista o englobamento de perspectivas analíticas que tal pesquisa pode gerar, através do levantamento bibliográfico, revisão em periódicos que retratem tal problemática, pesquisa documental em órgãos públicos, entrevistas semiestruturadas com a comunidade local, além de incursões realizadas para se compreender a vivência do extrativismo com os autóctones que ocupam tal área. Assim, foi perceptível que a relação acontece através da histórica interface dos entrevistados com o comércio, sobrevivência e ligação cultural/social como forma de afirmação territorial.

Palavras-chave: Afirmação territorial; Comunidades tradicionais; Relações de poder.

Abstract: With the need to discuss the territory at the local level from its social and historical contradictions, thus highlighting its relevance while a social factor, this article aims to analyze the relationship between the local extraction and appropriation of lands in Ilha Grande de Santa Isabel/PI and Pedra do Sal/PI, objects of study of this work, which have effects historically and socially on the power relations among the actors involved. In addition to that, the aim is also to highlight the extractive activities practiced and place them as guidance on the discussion in defense of a free and multiple territory. In order to do so, methodologically, this article has as qualitative approach, with a view to the inclusion of analytical perspectives that such research can generate, through bibliographical survey, review in journals that reflect such problem, documentary research in public organisms, semi-structured interviews with the local community, in addition to raids carried out to understand the experience of extraction with the autochthonous occupying this area. Thus, it was noticeable that the



relationship takes place through the historic interface between the interviewees and the local businesses, survival and cultural and social binding as a form of territorial claim.

Keywords: Territorial claim; Traditional communities; Power relations.

Introdução

O território, que conota duplamente, o material e o simbólico, aproximando-se de *terra-territorium* quanto de *térreo-territor* (terror, aterrorizar), tem ligação com dominação de terra e inspira medo para aqueles que são dominados, ou seja, impedidos de entrar ou ter acesso à terra (Haesbaert, 2005).

A partir da afirmação de Haesbaert, no litoral piauiense, o território imprime diversos contextos de gênese econômico e social, no qual existem variadas formas de geração de renda, principalmente no tocante das comunidades pesqueiras e extrativistas. Por mais que o turismo que, timidamente, se inicia como forma de geração de emprego e renda no litoral, tais comunidades vivem principalmente por meio de atividades de subsistência como o extrativismo de frutíferos, pesca, cata de caranguejo, além da dependência dos autóctones com as políticas sociais e emprego público local.

O território, construído socialmente por essas comunidades, apesar de rico e ocupado com suas práticas socioeconômicas, apresenta alguns paradoxos que implicam em problemas de ordem social, no qual, comunidades inseridas na Ilha Grande de Santa Isabel/PI e Pedra do Sal/PI, objetos de estudo desta pesquisa, não possuem direito jurídico sobre a terra, mesmo estando residindo há muito tempo, ocupando tal área. Paralelo a tal contrassenso, uma onda de empreendimentos de cunho “ambiental” e turístico, vem instalando-se em áreas de extrativismo da comunidade (Além da mesma, ser aforada em nome de terceiros), instabilizando o modo de vida local.

Ressaltamos que o presente artigo representa um recorte de dados adquiridos durante o Projeto “Sociobiodiversidade da Ilha”, financiado pelo Tropical Forest Conservation Act - TFCA e executado pela ONG “Comissão Ilha Ativa”, que tem como área de atuação, a Unidade de Conservação Área de Proteção Ambiental – APA Delta do Parnaíba que envolve os estados do Maranhão, Ceará e Piauí.



Neste contexto, busca-se analisar, por meio de uma abordagem histórica, a relação do extrativismo com a apropriação de terras da Ilha Grande de Santa Isabel/PI e Pedra do Sal/PI, viabilizando um olhar crítico sobre necessidade de observar o território enquanto fator social. A partir deste contexto, é necessário conhecer o passado e contrapor com o presente, construindo caminhos de retaliação histórica dos direitos agrários em nível local ainda a serem alcançados.

Metodologia

O caminho metodológico deste trabalho parte da natureza qualitativa, por reunir uma “série de atividades diferentes e até mesmo conflitantes” (Silverman, 2009, p. 42), partindo do observar da realidade não-tecnicista e sim, por preferir as infinitudes de resultados e leituras a se realizar.

A coleta de dados foi realizada por meio de diário de campo, entrevista semiestruturada com os participantes da pesquisa (Silverman, 2009), levantamento bibliográfico e incursões com o objetivo de entender a dinâmica histórica do extrativismo local.

Resultados e discussões

Haesbaert fala que o território imprime uma questão de “ser” e não somente de “ter” (2005). A partir desta afirmação, é importante destacar um trecho de entrevista realizada com a entrevistada 1, que fala de sua relação histórica com o extrativismo:

Na época do Murici, minha vó e eu juntava murici e enchíamos o balaio, botávamos a cabeça e íamos por ali, acordávamos 4h da manhã e quando o dia amanhecia, estávamos no porto de vazantina. Aí nós íamos para o mercado, minha vó botava o balaio e vendíamos por 50 cruzeiros o litro. Daí quando terminava compramos o que comer (Carne, ossada, o que o dinheiro desse. Vendíamos também o caju e a castanha nós assava e quebrava, raspava e levava pra vender, era 5 cruzeiros. Aí nós ia pescar e pegava de 15kg de peixe (Cará, traíra, piau), salgava e empilhava. Quando era 2h da manhã, meu avô e minha mãe acordava eu e meu irmão, aí ela colocava um monte de peixe no plástico, amarrava e fazíamos os cambos. Cadaambo era um cruzeiro, dois cruzeiros e eu sempre ajudando, observando, pois tem filho que não observa o que o pai faz e eu sou muito curiosa e tudo isso (palha, peixe, murici, caju) era coletado perto de nossas casa. Plantávamos mandioca, macaxeira, batata, feijão, etc.

E complementando, a entrevistada 2 também fala sobre como era antigamente, sua relação de sobrevivência com o extrativismo, aqui problematizado:



Tinha muita fartura, mais caju, murici e as belezas naturais que ainda temos um pouco, mas não como antes. Eu vejo assim... Até mesmo no mar e nas lagoas, tinha muito peixe que com o tempo foi acabando". Então tinha lagoas que davam muito peixe que era a lagoa da Vareda que meu avô pescava muito, então tinha uma grande diversidade e com o tempo foi acabando. Eu lembro muito dessa fartura... Eu lembro muito dessa fartura e eu cresci vendo isso, nós íamos vender peixe no mercado em Parnaíba, íamos pelo labirinto, enfim... Eu sei que saíamos pela vazantinha, atravessávamos o rio de canoa e chegávamos umas 4:30 5:00. E íamos com peso na cabeça no meio da areia, lama... Levávamos balde, bacia de caju.... Eu ia com minhas irmãs, eu como era novinha, tinha 8 anos, por ser menor eu sempre levava as sacolas de palha e o cofo e como minhas irmãs, eram mais velhas, uma levava bacia de caju e a outra de peixe (Cará, etc.) e levávamos para vender no mercado. Então assim, a gente cresceu assim.. A gente sempre trabalhou na roça, produzíamos de tudo um pouco, mas produzíamos arroz. Tinha arroz, milho, feijão, horta...então assim, nós não tivemos muita oportunidade de estudo pois não tínhamos condição, hoje eu vejo que chegávamos na escola esgotados...

A partir dessas afirmações que relaciona os entrevistados e suas características de sobrevivência no extrativismo, é importante respaldarmos juridicamente, tais autóctones por meio do decreto nº 6.040, que instaura a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), com o objetivo de fortalecer a “garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições” (MMA, 2015). Nesse sentido, é importante destacar como o extrativismo local faz parte do convívio econômico, histórico e social dos entrevistados, evidenciando a relação de dependência para com essa prática.

Ressalta-se que este trabalho propõe o avanço de discussões sobre o território das comunidades tradicionais do litoral piauiense, percebendo-o enquanto fator social (Art. 2º, estatuto da terra), em defesa da histórica apropriação da terra por esses moradores. Além de, a produção científica sobre tais realidades conflituosas locais ainda são poucas, evidenciando a necessidade de colocá-los como protagonistas do debate local sobre a importância de um território livre, múltiplo e social.

Conclusões



Para (não) fim de conclusão, a pesquisa realizada obteve alguns resultados que legitimam o direito dos moradores dos objetos de estudos deste trabalho sobre a apropriação do território, aqui problematizado. A relação entre o extrativismo local e a histórica apropriação de terras, acontece por meio da comunidade e suas afirmações territoriais nas suas interfaces com a cata de frutíferos, sobrevivência, comercialização e ligação social/cultural com os modos de vida, historicamente construídos. Isso representa um cenário ameaçado por grandes empreendimentos que irão se instalar nessas áreas extrativistas, gerando instabilidade na harmonia local. Assim, são necessárias, políticas públicas que evidenciem o direito jurídico sobre o território local para esses autóctones; pesquisas in loco em defesa do território como fator social; e atuação dos órgãos ambientais, em busca de diminuir a correlação de forças entre “comunidades tradicionais x empreendimentos”.

Agradecimentos

Aos moradores de Ilha Grande de Santa Isabel/PI e Pedra do Sal/PI, pela contribuição no processo de levantamento de dados, incursões realizadas e cumplicidade nessa vida de contradições acerca do território.

Na terra, no mar, nós vamos lutar!!!

Referências bibliográficas:

BRASIL, Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Presidência da república.

COMUNIDADES TRADICIONAIS. Disponível em:
<http://www.mma.gov.br/desenvolvimento-rural/terras-ind%C3%ADgenas.-povos-e-comunidades-tradicionais>. Acesso em: 20.abril.2015.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. Universidade de São Paulo – USP, 2005.

SILVERMAN, David. Interpretação de dados qualitativos: métodos para análise de entrevistas, textos e interações. Porto Alegre: Artmed, 2009.